

**POLÍTICAS DE GESTÃO PÚBLICA NOS GOVERNOS LULA (2003-2010): UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SEUS REFLEXOS NO TERRITÓRIO SUL-AMERICANO**

*GRAMASCO, Thiago Bastelli<sup>1</sup>*

**Eixo Temático:** Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial

**RESUMO**

O presente artigo tem como principal objetivo analisar o funcionamento da política externa dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), como política pública envolvendo variados atores em processos relativos à política externa, por sua vez, relacionada ao “neoprojeto” desenvolvimentista e seus desdobramentos no território sul-americano. O papel da política externa como política pública no Brasil vem sendo cada vez mais analisado à luz de diversos campos de conhecimento, sobretudo no campo de duas disciplinas específicas: a ciência política e as relações internacionais. Após a redemocratização em meados dos anos 1980, a política externa passou a ser vista cada vez mais como parte integrante do processo decisório, garantindo maior autonomia e presença do país em questões internacionais. Desde então, o Brasil se beneficiou das transformações da economia global e da difusão de poder na direção dos países emergentes, principalmente na América do Sul, pondo em prática inúmeras políticas públicas no cenário doméstico e internacional. Sob os mandatos de Luiz Inácio, foram produzidas novas reações para a mudança do Brasil no sistema internacional e para a maior inserção da política externa do debate da política pública. Discutiremos como a política externa pode ser entendida como uma política pública através da observação do papel dos governos brasileiros na dinâmica dos assuntos do plano externo, fornecendo especial atenção à administração de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), às mudanças de paradigmas e à diplomacia presidencial. Abordaremos, também, os reflexos positivos e negativos da política

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e professor na Rede Pública Estadual de Educação de São Paulo. Mestrando no Programa de Pós-Graduação da UNESP. E-mail: [thyago\\_gaucho@hotmail.com](mailto:thyago_gaucho@hotmail.com).

externa brasileira no continente sul-americano, com intuito de elucidar como se desencadearam políticas públicas de cunho integracionistas, mirando a liderança regional brasileira. A metodologia de pesquisa consistirá no levantamento de dados em jornais e sites de órgãos governamentais; a leitura de artigos acadêmicos a respeito das políticas públicas nos governos Lula com ênfase a diplomacia externa também será fundamental, orientando a análise qualitativa dos dados levantados.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Política Externa; Governos Lula; Território.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no campo da política externa, surgiram novas análises que procuraram institucionalizar o debate das relações internacionais a partir de pressupostos da ciência política, tentando rever o peso dos condicionantes domésticos no processo decisório em política externa. Entretanto, a política externa sempre foi considerada distinta da política doméstica, pois somente as políticas domésticas seriam consideradas políticas públicas.

Ao observarmos atentamente para o processo decisório de qualquer país em relação à gestão de suas políticas, constatamos que às políticas interna e externa “são parte integrante e interdependente de tal processo, pois há a intensificação dos fluxos de interação entre os ambientes interno e internacional” (PASQUARELLI, 2010, p. 188-189). E foram nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) que se produziram novas reações para a maior inserção da política externa no debate das políticas públicas.

Para Putnam (1988), a política externa não está atrelada somente a condicionantes externos, mas também a domésticos. O Estado não pode ser concebido como um ator unitário, sendo necessário um equilíbrio teórico que considere a interação entre fatores internos e externos, “pois a explicação dos determinantes domésticos da política externa deve considerar partidos políticos, clivagens sociais, grupos de interesse, legisladores e até mesmo a opinião pública e as eleições” (PASQUARELLI, 2010, p. 191).

A caracterização das políticas econômica e externa dos governos Lula esteve supostamente vinculada a um “neodesenvolvimentismo”, intermediado por um processo de financeirização, de medidas protecionistas (exigência de porcentagem mínima de conteúdo local nas compras governamentais e para as empresas subsidiadas pelo BNDES), do aumento

da intervenção estatal via obras de infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), da expansão das políticas sociais, do apoio do BNDES em financiamentos e, talvez a característica mais marcante, o incentivo à internacionalização de empresas e a política de formação das “campeãs nacionais”<sup>2</sup> (BERRINGER, 2014).

Para alguns autores mais otimistas, a expansão externa da economia brasileira é tida como condição básica para interdependência no mundo globalizado e, não menos importante, alçar o Brasil como potência hegemônica regional, mostrando que por detrás da expansão da economia brasileira para além do território nacional, existem também pretensões domésticas. Para isso, os governos Lula agiram visando a “agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas nacionais e por investimentos diretos no exterior, a começar pela vizinhança” (CERVO, 2009, p.87). Ou seja, a internacionalização econômica pode ser interpretada como um campo de grande êxito da logística internacional de Lula, na qual a América do Sul possuiu um grande papel, em razão do ritmo forte ostentado e da segurança a reverso que imprimiu à economia nacional (CERVO, 2009).

Sendo assim, a partir dessas breves constatações, o artigo tem, como principal objetivo, analisar o funcionamento da política externa dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como política pública envolvendo variados atores em processos relativos à política externa, por sua vez, relacionada ao “neoprojeto” desenvolvimentista e seus desdobramentos no território sul-americano.

Dessa maneira, o artigo será dividido em dois tópicos. No primeiro tópico, discutiremos como a política externa pode ser entendida como uma política pública através da observação do papel dos governos brasileiros na dinâmica dos assuntos do plano externo, fornecendo especial atenção à administração de Luiz Inácio, às mudanças de paradigmas e à diplomacia presidencial. Já no segundo, abordaremos, brevemente, os reflexos positivos e negativos da política externa brasileira no continente sul-americano, com intuito de elucidar como se desencadearam políticas públicas de cunho integracionistas, mirando a liderança regional brasileira; o segundo tópico é composto pelas considerações finais.

---

<sup>2</sup> São empresas que recebem aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos fundos de pensão – Previ, Petros, etc. – para aquisição de concorrentes do ramo com objetivo de se tornarem líderes globais.

## A POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Recentemente, algumas análises sobre política externa vêm questionando a hegemonia do modelo realista de predominância do Executivo, onde há a ausência do Legislativo em negociações internacionais. Esse avanço foi feito a partir de estudos que, em oposição a esse paradigma, buscaram analisar a política externa a partir da inclusão de novos atores (Putnam, 1988, Milner, 1997, Martin, 2000).

Para Pasquarelli (2010) a política externa de um país não pode ser vista somente por uma perspectiva exterior, desprovida de interesses domésticos, pois os atores inúmeras vezes são internos; é necessário, portanto, que haja um equilíbrio na avaliação, considerando tanto os condicionantes domésticos como os externos. Nas palavras do autor:

Sendo assim, o *jogo de dois-níveis* é a metáfora para entender as interações internas e externas nas relações internacionais. No nível nacional, os grupos domésticos (partidos, parlamentares, grupos de interesse) seguem seus interesses pressionando o governo para a prática de políticas favoráveis; já no nível internacional os governos nacionais (diplomatas, conselheiros) procuram maximizar sua habilidade para satisfazer pressões domésticas. Com isso, nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos decisores centrais (PASQUARELLI, 2010, p. 191).

A partir da metodologia dos *jogos de dois-níveis*, elaborada por Putnam (1988), foi possível incorporar o papel de outros atores além dos Estados. Sendo assim, “os processos decisórios formam um *continuum* – do nacional ao internacional, onde a autoridade pela produção de decisões é compartilhada frequentemente de modo desigual”; neste aspecto, concordamos com o autor de que os Estados não são atores unitários, isto é, existem outros que compartilham o poder na tomada de decisão (PASQUARELLI, 2010, p. 193). Ou seja, o Estado é composto por atores políticos com preferências distintas e que compartilham poderes no processo decisório de política externa (MILNER, 1997). Portanto, os decisores centrais esforçam-se em reconciliar os imperativos domésticos e internacionais de modo simultâneo.

Segundo Pasquarelli (2010, p. 193), um exemplo de como a diplomacia externa e a política doméstica podem influenciar umas às outras ocorreu na Conferência Bonn de 1978:

Na década de 1970, um programa coordenado global, liderado pelas economias de Estados Unidos, Alemanha e Japão, foi proposto para encorajar o restabelecimento das economias ocidentais frente ao primeiro choque do petróleo. Todos os lados concordaram que a economia mundial estava com sérios problemas. No entanto, não estava claro de quem era a culpa. Durante a Conferência, foi produzido um acordo

balanceado entre as partes. A questão principal, segundo Putnam (1988), é que os governos adotaram políticas diferentes daquelas que eles teriam perseguido na ausência de negociações internacionais; e que o acordo somente foi possível porque uma minoria poderosa dentro de cada governo favoreceu os fundamentos domésticos dentro das demandas internacionais. Ou seja: o acordo representou uma coordenação política internacional, pois dentro de cada país uma facção apoiou a mudança política que vinha sendo pedida, mas as pressões internacionais foram condições necessárias para a mudança dessas políticas. Por outro lado, sem repercussão doméstica, as forças internacionais não conseguiriam produzir o acordo. Sendo assim, o acordo Bonn combinou pressões internas e externas (PASQUARELLI, 2010, p. 193).

Novas formulações em política externa passaram a considerar a presença de vários atores, tanto internos como externos, na condução de tal política pública. Putnam (1988) e Milner (1997) contribuíram para a superação da divisória entre o âmbito doméstico e o internacional, passando a ser compreendidas como parte de um jogo complexo de dois níveis, em que a política doméstica e a barganha internacional estão ligadas (PUTNAM, 1988; MILNER, 1997).

Para Milner (1997), os Estados não são atores unitários, mas sim *poliárquicos*, pois uma pluralidade de atores participa do processo de tomada de decisão. Já Martin (2000) entende que, tanto o Executivo quanto o Legislativo, beneficiam-se da cooperação na formulação de política externa. Sendo assim, segundo a autora, a participação do Legislativo na condução da política externa é relevante, pois são os seus mecanismos que complementam a participação institucionalizada através do Congresso nos processos de cooperação internacional (MARTIN, 2000).

No período de 2003 a 2010, correspondente aos mandatos de Lula da Silva, observamos algumas atividades nas mesmas trajetórias de políticas de gestão pública oriundas da *era FHC*, porém, algumas iniciativas foram novas, como a implementação de sua política externa pautada em um “neoprojeto” desenvolvimentista. O quadro abaixo sintetiza as principais iniciativas de política pública e suas respectivas trajetórias nas gestões de Luiz Inácio (quadro 1):

QUADRO 1: PRINCIPAIS INICIATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS GOVERNOS LULA

Trajatória	Iniciativa
Reforma institucional	Reestruturação de ministérios: reorganizações para instalação do Governo e pressões para criação/diferenciação de órgãos e entidades
	Gespública: fusão dos programas da qualidade e desburocratização Modelos institucionais casuísticos: Apexbrasil (Serviço Social Autônomo voltado à promoção das exportações); Agevap (Agência de Bacia do Paraíba do Sul); EBE (Empresa Pública de Planejamento Energético)
Gestão de atividades de suporte	Recursos Humanos: reforma da previdência do setor público, reposição de quadros; substituição de terceirizados; reposição salarial, reposição de passivos e pressões pela criação de carreiras verticais (via Mesa Nacional de Negociações) Governo eletrônico: software livre, inclusão digital, racionalização de comunicações Compras: controle de aquisição de bens e serviços
Gestão estratégica	PPA: participação na formulação de programas
Aparato regulatório	Revisão e regulamentação do modelo regulatório Criação de carreiras regulatórias
Gestão social	Unificação de programas sociais de transferência de renda
Gestão fiscal	Repressão fiscal

Fonte: Martins (2006)

Em seus governos, Luiz Inácio Lula da Silva procurou inserir o Brasil no cenário mundial, garantindo maior autonomia e diversificação de opções – a chamada autonomia pela diversificação, que enfatiza as coalizões Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte (BOITO e BERRINGER, 2013; BUGIATO, 2016).

Sendo assim, a política externa de Lula apresentou ajustes e mudanças de programa em relação à administração anterior. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), houve quatro mudanças principais na política externa do governo Lula: (1) a busca de equilíbrio internacional; (2) o fortalecimento de relações bilaterais e multilaterais, aumentando o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3) o maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc; (4) e uma política com o objetivo de evitar acordos que possam comprometer o desenvolvimento nacional (VIGEVANI e CEPALUDI, 2007).

Tais mudanças propiciaram novas ênfases no âmbito internacional, como o aprofundamento da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), a intensificação das relações com Índia, China, Rússia e África do Sul, ações de destaque na Rodada Doha e na OMC, a manutenção das relações de amizade com países ricos e o estreitamento das relações com os países africanos, a campanha pela reforma do Conselho de Segurança da ONU, além da defesa dos objetivos sociais que permitem maior equilíbrio entre Estados e populações (PASQUARELLI, 2010).

A participação dos condicionantes domésticos no processo decisório da política externa brasileira, neste caso os interesses de uma parcela da sociedade civil, é passível de ser percebida na análise de Boito Jr. e Berringer (2013). Para os autores, “a política externa dos governos Lula foi um importante instrumento para o fortalecimento da grande burguesia interna” (BERRINGER, 2013, p. 34).

Boito Jr. e Berringer (2013, p. 33) interpretam que com a implantação das medidas mencionadas anteriormente, o projeto desenvolvimentista do ex-presidente gerou certo crescimento econômico; esse crescimento econômico, por sua vez, “permitiu uma significativa recuperação de emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial” (BOITO JR. e BERRINGER, 2013, p. 33). Sendo assim, concluem que:

A burguesia interna brasileira uniu-se em torno de interesses comuns no plano internacional, que fundamentalmente foram: (i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (BOITO JR. e BERRINGER, 2013, p. 34-35).

Portanto, a política externa pode ser afetada pelas categorias das políticas públicas e pelas das políticas internacionais. Além disso, uma passa a influenciar a outra, permitindo a revisão de seus momentos. No caso brasileiro, e mais especificamente nos governos Lula, a política externa vem sofrendo constante mudança de paradigmas, mas sempre buscando a autonomia do país em questões internacionais (Pinheiro, 2004). Segundo Vigevani e Cepaluni

(2007), tal fato ocorreu por dois motivos: o primeiro, de ordem doméstica, foi a adesão do país aos princípios universalistas da democracia; o segundo, de caráter externo, foi a aceleração do processo de globalização (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Enfim, a política externa como política pública está cada vez mais em evidência no país, pois diversos atores vêm contribuindo para o debate e para a inserção de novos temas, como ocorreu no período em questão.

## **POLÍTICAS INTEGRACIONISTAS E SEUS REFLEXOS NO TERRITÓRIO SUL-AMERICANO**

As opções de cooperação/integração lideradas pelo Brasil entre os países do Cone-Sul e as cúpulas entre a América do Sul e outras regiões foram realmente significativas, existindo “um processo de retroalimentação entre a inserção internacional do país e da região e as condições propícias para o fortalecimento da integração” (COSTA, 2011, p. 15). O discurso diplomático integracionista nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) esteve estritamente associado ao processo de internacionalização de suas empresas; tanto a integração sul-americana quanto o processo de internacionalização da economia brasileira foram apoiados com financiamentos públicos brasileiros, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em especial.

Braga (2013, p. 05) compreende que essas iniciativas fizeram parte da estratégia de Luiz Inácio de tornar o Brasil mais competitivo no cenário internacional, e aponta:

Para isso, era importante aprofundar as relações regionais através de uma integração física/territorial mais consistente. Por conseguinte, idealizou-se a implantação de redes de infraestrutura nos setores de transporte, de energia e de telecomunicações com o intuito de acessar os recursos naturais e dar maior flexibilidade ao território (BRAGA, 2013, p. 05).

O autor interpreta que o BNDES, sobretudo na *era Lula*, “vem se destacando como a instituição financeira que tem conduzido o maior número de investimentos em estradas, gasodutos, portos, ferrovias, metrô, aeroportos, hidrelétricas, entre outros”, contribuindo, por conseguinte, no aprofundamento do processo de integração física-territorial na América do Sul (BRAGA, 2013, p. 05). Neste aspecto, nos apoiamos na percepção de Arroyo (2015, p. 16):



Para pensar a América Latina na aurora do século XXI propomos considerar os territórios nacionais não como substratos materiais vazios e inertes, mas como âmbitos usados por múltiplos agentes com diferente força e poder, com distinta capacidade de usufruir e controlar sua base técnica assim como de definir e regulamentar sua base normativa e política. Trata-se de âmbitos com relações de cooperação e conflito em permanente redefinição (ARROYO, 2015, p. 16).

Segundo Carvalho (2012, p. 03), o fortalecimento da integração sul-americana nos governos Lula passou a fazer parte também da missão do BNDES<sup>3</sup>, fazendo com que as iniciativas desta instituição impactassem diretamente na integração, tendo como principais objetivos:

[...] a expansão do comércio entre os países; a atração de investimento, sobretudo em infraestrutura; o ganho de escala na produção; capacitação tecnológica e humana mediante cooperação e fortalecimento do poder de negociação dos países [...] (CARVALHO, 2012, p. 03).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou, para muitos autores, um papel de agente ativo da política externa de Lula, se configurando “como um importante mecanismo de fomento da expansão externa” da economia brasileira (CAMPIELO e PESAVENTO, 2013, p. 10).

Em síntese, como o cenário ideal para a integração sul-americana, que seria uma possível convergência de políticas e posições entre as principais lideranças políticas na região e um alinhamento relativo de políticas de abertura econômica, se figura problemático, talvez uma possível “via de progresso seria o desenho de projetos mais limitados de integração, dotados de arquiteturas adaptadas aos objetivos pretendidos”, como são os projetos de infraestrutura, principalmente em energia e comunicações (ALMEIDA, 2008, p. 55).

Neste aspecto, o processo de integração sul-americana estimulado nos governos Lula via internacionalização de empresas nacionais apresentou resultados positivos concretos de grande impacto para os países da região, elevando o comércio regional e integrando fisicamente alguns países através de projetos de infraestrutura.

---

<sup>3</sup> O próprio BNDES aponta para esta política: “A integração sul-americana constitui um dos pilares da estratégia internacional do governo brasileiro. A iniciativa é voltada para o incremento dos fluxos econômicos entre o Brasil e os países vizinhos e para a ampliação da presença da América do Sul, como bloco, nas negociações que estão em curso no âmbito da ALCA e da OMC. O BNDES tem sido um instrumento importante do processo de integração dos países do continente, ao dar suporte às ações integradoras, ora em fase de proposição e desenvolvimento” (BNDES, 2003, s/p).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, tendo em vista as limitações referidas ao desenvolvimento e aprofundamento do processo integracionista, o projeto de integração sul-americana, no período em questão, impulsionou projetos/empreendimentos, sobretudo de infraestrutura, como os de ligação inter-rodoviária e energética do subcontinente, com aporte do BNDES. Em caráter conclusivo, acreditamos que o caminho escolhido por Luiz Inácio Lula da Silva em seus mandatos foi, de fato, benéfico ao continente Sul-americano.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. “O regionalismo Latino-Americano no confronto com o modelo Europeu: uma perspectiva histórica de seu desenvolvimento”. NEJ, vol. 14, n 1, p. 127-145 – 2008.
- ARROYO, M. “América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos”. *Ciência Geográfica – Bauru – XIX – Vol. XIX, Janeiro-Dezembro, 2015.*
- BRAGA, J.L.R. “O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva: internacionalização e integração regional na América do Sul”. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Geociências (IG), UNICAMP, 2015.
- BUGIATO, C. “A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira”. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2016.
- BERRINGER, T. “A burguesia interna e a política nos governos Lula”. *Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Mesa Redonda: Classes sociais e capitalismo neoliberal. 2012.*
- BERRINGER, T. “Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula”. Tese de Doutorado – UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Pós-graduação em Ciência Política, 2014. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/Tese-Tatiana-Berringer-2014.pdf> (Acesso em 17/05/2017).
- BOITO JR. e BERRINGER, T. “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa”. Mimeo, 2012.

- CAMPIELO, R. S. & PESAVENTO, F. A política externa brasileira e o BNDES: uma análise da atuação internacional do BNDES durante os governos Lula (2003-2010). 2 Congresso SEMIC – 30 e 31 de Outubro de 2013.
- CARVALHO, C. B. “O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante os governos Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa”. I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: [www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=483](http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=483) (acesso em 17/05/2017).
- CERVO, Amado Luiz. “Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros”. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COSTA, R. S. A América do Sul do governo Lula. III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI, SP – 2011. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300043&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300043&script=sci_arttext) (acesso em 17/05/2017).
- MARTIN, L. “Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation”. Princeton, Princeton University Press - 2000.
- MILNER, H. “Interests, Institutions, and Information: Domestic Politics and International Relations”. Princeton, Princeton University Press - 1997.
- PASQUARELLI, B. V. L. “Política Externa como Política Pública: uma análise da atuação diplomática brasileira durante o Governo Lula”. Revista Política Hoje, Vol. 19, n. 1, 2010.
- PUTNAN, Robert. (1988), “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”. International Organization, v. 42, nº 3, p. 231-252.
- PINHEIRO, L. “Política Externa Brasileira, 1889-2002”. Rio de Janeiro, Jorge Zahar - 2004.
- VIGEVANI, T. e CEPALUNI, G. “A Política Externa de Lula da Silva: a Estratégia da Autonomia pela Diversificação”, Contexto Internacional, v. 29 - 2007. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002) (acesso em 17/05/2017).